



Documento de Área

CIÊNCIAS AGRÁRIAS I

Coordenador da Área: LUIZ CARLOS FEDERIZZI
Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos: RAFAEL PIO
Coordenador Adjunto de Programas Profissionais: SILVIO APARECIDO LOPES

Sumário

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área.....	2
II. Considerações gerais sobre a Avaliação Quadrienal 2017.....	10
III. Fichas de Avaliação para o Quadriênio 2013-2016.....	16
IV. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional.....	38
V. Outras Considerações da Área de Avaliação	41

DOCUMENTO DE ÁREA 2016

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA

A Área de Ciências Agrárias I tem uma longa tradição na pós-graduação, pois foi uma das primeiras a oferecer cursos de pós-graduação no Brasil. Em 1961, a Universidade Federal de Viçosa (UFV) criou o primeiro curso de pós-graduação em Fitotecnia e, em 1965, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ/ USP), em Piracicaba, criou os cursos de pós-graduação em Estatística e Experimentação Agrícola, Fitopatologia, Genética e Melhoramento Vegetal, e Solos e Nutrição de Plantas. No mesmo ano, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) criou o curso de pós-graduação em Agronomia. Até o ano de 1969 somente a UFV, ESALQ/USP e UFRGS ofereciam programas de pós-graduação na área de Ciências Agrárias I. Assim, os programas de pós-graduação em Ciências Agrárias, diferentemente de outras áreas do conhecimento, tiveram seu início no interior do Brasil, sendo o processo de interiorização uma característica mantida até o presente. A Área está presente em todos os estados da federação e no Distrito Federal (com exceção dos estados de Rondônia e Amapá). Atualmente totaliza 223 programas de pós-graduação, dos quais 204 são acadêmicos e 19 são mestrados profissionais (MF). Daqueles, 176 fazem parte da Agronomia, 20 da Engenharia Agrícola e 27 de Recursos Florestais e Engenharia Florestal. Do total dos programas existentes na área, 59 possuem curso de mestrado acadêmico (ME), 144 de mestrado e doutorado (ME/DO), um de doutorado acadêmico (DO) e 19 de mestrados profissionais (MP). Após os anos 60, a expansão da pós-graduação foi contínua e teve seu maior crescimento a partir dos anos 2000 quando foram criados 130 novos programas (Fig.1). A distribuição dos programas segundo a data de início e a nota obtida na última avaliação demonstra que os cursos mais antigos estão mais consolidados e que a maioria dos programas com notas 5, 6 e 7 são anteriores a 1990 (Tabela 1). Quanto à localização regional, 45 programas situam-se na região Sul (20,18 %), 92 na região Sudeste (41,25%), 25 na região Centro-Oeste (11,21 %), 48 na região Nordeste (21,52%) e 13 na região Norte (4,91%) (Figura 2).

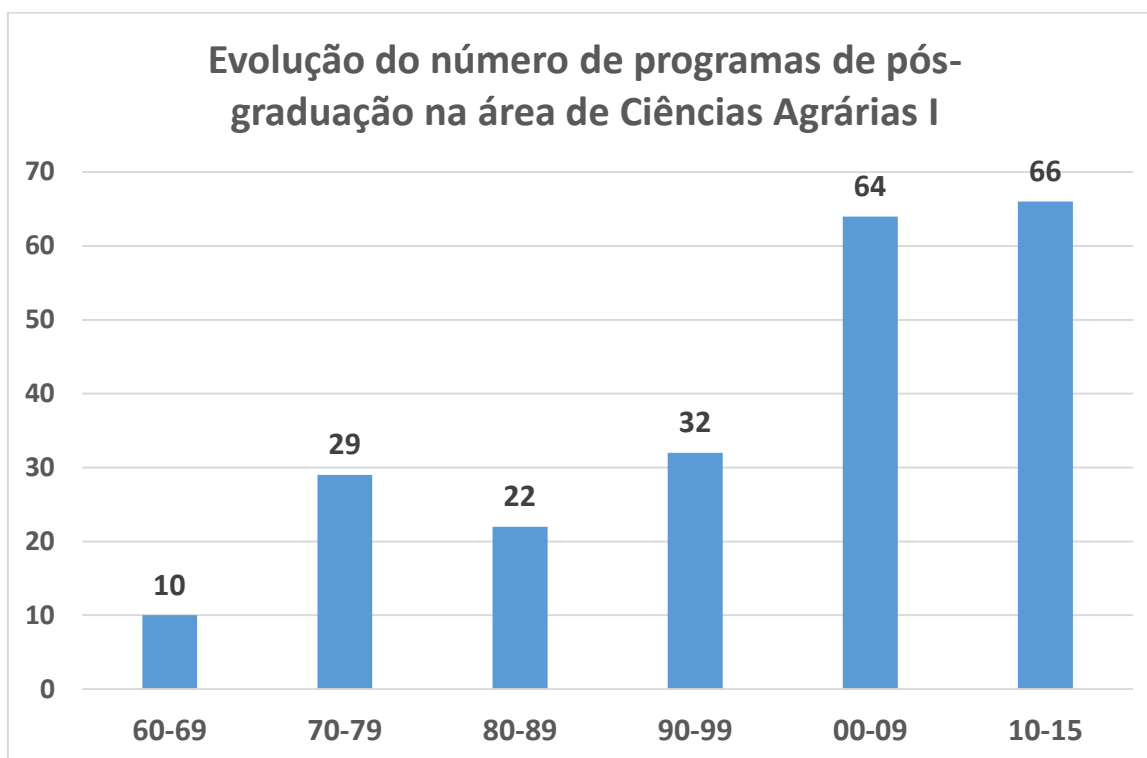


Figura 1. Número de programas de pós-graduação da área de Ciências Agrárias I distribuído por décadas, desde o ano de 1960 até o presente. Fonte: Plataforma Sucupira, setembro de 2016.

Tabela 1. Distribuição do número de programas na Área de Ciências Agrárias I, por período em que teve início e por nota atribuída na última avaliação da Capes

Data do início	Nota				
	3	4	5	6	7
60-69		1	2	3	4
70-79		8	10	7	4
80-89		3	17	1	1
90-99	1	13	15	3	
00-09	21	27	14	2	
10-16	44	19	3		
total	66	71	61	16	9

O número de estudantes de mestrado (5.959) e doutorado (5.967) matriculados em programas de pós-graduação da área de Ciências Agrárias I é muito similar, já o número de estudantes de mestrado profissional (350) é baixo. Quando analisado por região, 42,27 % dos estudantes de mestrado acadêmico localizam-se na região Sudeste, seguidos por 22,49 % e 19,52% nas regiões Sul e Nordeste, respectivamente, e 9,97% estão no Centro Oeste e 5,76 % na região Norte. Já para os estudantes de doutorado, 52,14% localizam-se na região Sudeste, seguindo-se 22,78% no Sul, 15,40 % no Nordeste, 6,18 % no Centro Oeste e 3,50 % na região Norte. Quanto ao mestrado profissional, cerca de 80% dos alunos estão matriculados em cursos das regiões Sudeste e Sul, enquanto 20% situam-se nas regiões Norte e Centro Oeste (Tabela 2).

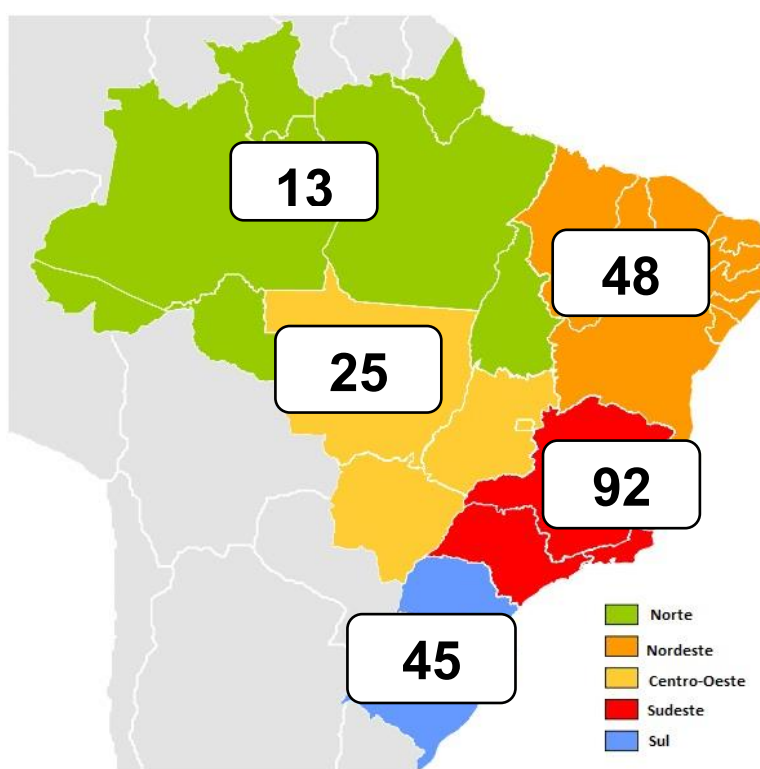


Figura 2. Distribuição e número de programas de pós-graduação da área de Ciências Agrárias I por região do Brasil.

Tabela 2. Número e percentagem de discentes matriculados em cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional por região do Brasil.

Região	Mestrado	%	Doutorado	%	Mestrado Profissional	%
Centro-Oeste	594	9.97	369	6.18	35	10.00
Nordeste	1163	19.52	919	15.40	0	0.00
Norte	343	5.76	209	3.50	33	9.43
Sudeste	2519	42.27	3111	52.14	158	45.14
Sul	1340	22.49	1359	22.78	124	35.43
Brasil	5959		5967		350	

Titularam-se, em 2014, 2684 alunos de mestrado, sendo 42,29 % no Sudeste, 22,47 % no Sul, 20,53 % no Nordeste, 9,58 % no Centro Oeste e 5,14 % na região Norte do Brasil. No mesmo período, no doutorado titularam-se 1231 discentes, sendo que 57,11 % no Sudeste, 23,23 % no Sul, 12,27 % no Nordeste, 5,93% no Centro Oeste e apenas 1,46 % na região Norte. Para o mestrado profissional, titularam-se 133 mestres, sendo 45,86% na região Sudeste, 38,35% na região Sul, 8,27% na região Norte e 7,52% na região Centro Oeste. Estes dados demonstram que ainda há espaço para crescimento da Área, especialmente de doutorado nas regiões Norte e Centro Oeste e do mestrado profissional nas regiões Nordeste, Norte e Centro Oeste (Tabela 3).

Tabela 3. Número e percentagem de discentes titulados nos cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional por região do Brasil.

Região	Mestrado	%	Doutorado	%	Mestrado Profissional	%
Centro-Oeste	257	9,58	73	5,93	10	7,52
Nordeste	551	20,53	151	12,27	0	0,00
Norte	138	5,14	18	1,46	11	8,27
Sudeste	1135	42,29	703	57,11	61	45,86
Sul	603	22,47	286	23,23	51	38,35
Total	2684		1231		133	

Em 2014, 3273 docentes permanentes atuavam nos programas de pós-graduação da área. Destes, 43,78% localizavam-se na região Sudeste, 20,93% no Sul, 19,34% no Nordeste, 10,27% no Centro Oeste e 5,68% na região Norte, respectivamente (Tabela 4).

Tabela 4. Número e porcentagem de docentes permanentes (DP) distribuídos por região no Brasil.

Região	DP	%
Centro-Oeste	336	10,27
Nordeste	633	19,34
Norte	186	5,68
Sudeste	1433	43,78
Sul	685	20,93
Total	3273	

O número de mestrados profissionais ainda é bastante restrito e com a maioria dos discentes titulando-se nas regiões Sudeste e Sul. Atualmente a área conta com 19 MP. Destes, 12 receberam nota 3, seis nota 4 e apenas um programa alcançou nota 5 (Figura 3). Pelo fato de muitos desses programas terem iniciado muito recentemente, muitos alunos ainda estão por ser titulados. A ampla distribuição geográfica de programas acadêmicos da Área dificulta a criação de novos programas de Mestrado Profissional. Isto se deve ao fato de ambos (programas acadêmicos e profissional) apresentarem objetivos comuns, ou seja, solução de problemas locais e regionais por meio do aprimoramento e uso de técnicas e tecnologias inovadoras. Importante ressaltar, no entanto, que os programas acadêmicos também estão envolvidos na adaptação dos princípios e geração de conhecimento científico de maior abrangência, ou seja, ao nível nacional e internacional.

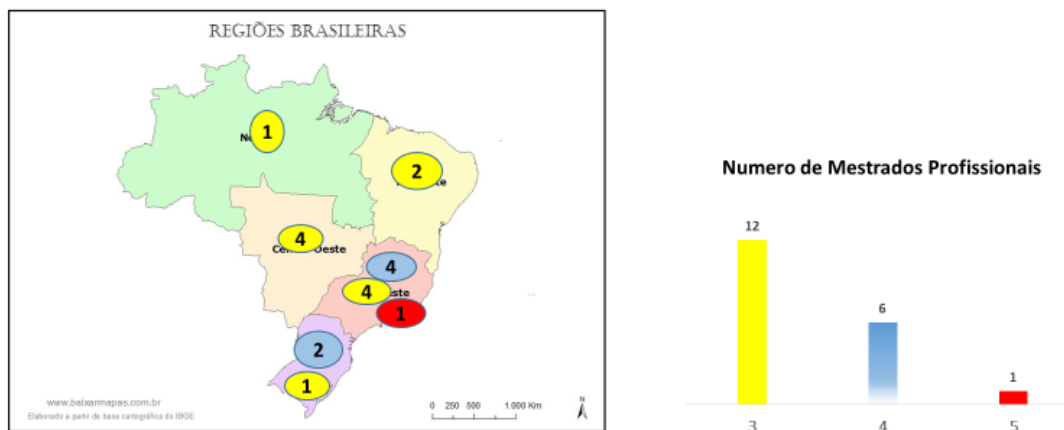


Figura 3. Distribuição geográfica e por notas atribuídas pela Capes aos programas de Mestrado Profissional na área de Ciências Agrárias I existentes atualmente no País.

Dos cursos com somente mestrado acadêmico (59), 54 deles receberam nota 3 e cinco cursos nota 4 (Figura 4), provavelmente por terem sido criados recentemente e ainda não puderam ser devidamente avaliados, mantendo as notas desde sua criação.

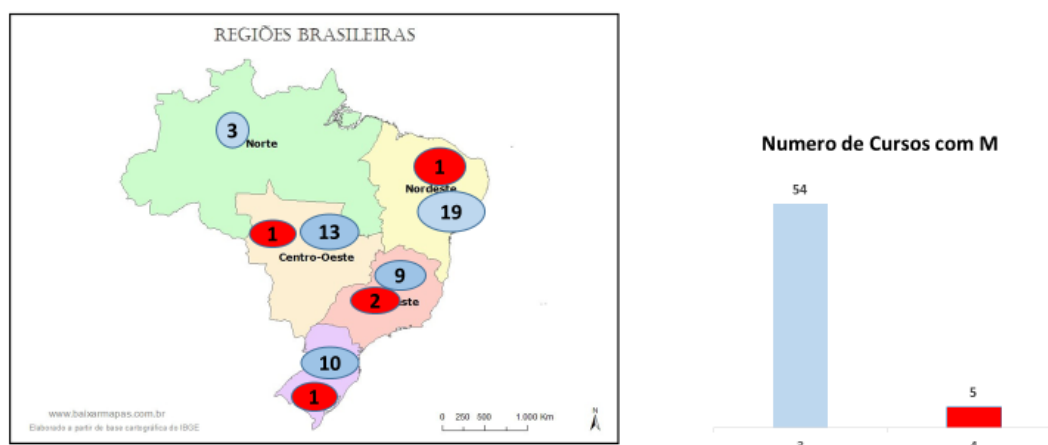


Figura 4. Distribuição geográfica e por notas atribuídas pela Capes aos programas unicamente com Mestrado acadêmico da área de Ciências Agrárias I existentes atualmente no País.

Dos programas da área que possuem o mestrado e doutorado, 60 tiveram nota 4, 59 receberam nota 5, 16 nota 6 e nove programas obtiveram nota 7 (Figura 5). Mais da metade dos programas com nota 5 localizam-se na região Sudeste, sendo que a grande maioria dos programas com nota 6 e todos aqueles com nota 7 também se situam nesta região. Assim, apesar de não haver uma grande assimetria quanto ao número de programas entre as regiões, aqueles com as melhores notas concentram-se na região Sudeste. O desafio da área, nos próximos anos, é estabelecer uma forma de fortalecer os programas localizados fora da região Sudeste.

Existe, ainda, um curso que possui só o doutorado com nota 4 criado recentemente localizado na região Sudeste.

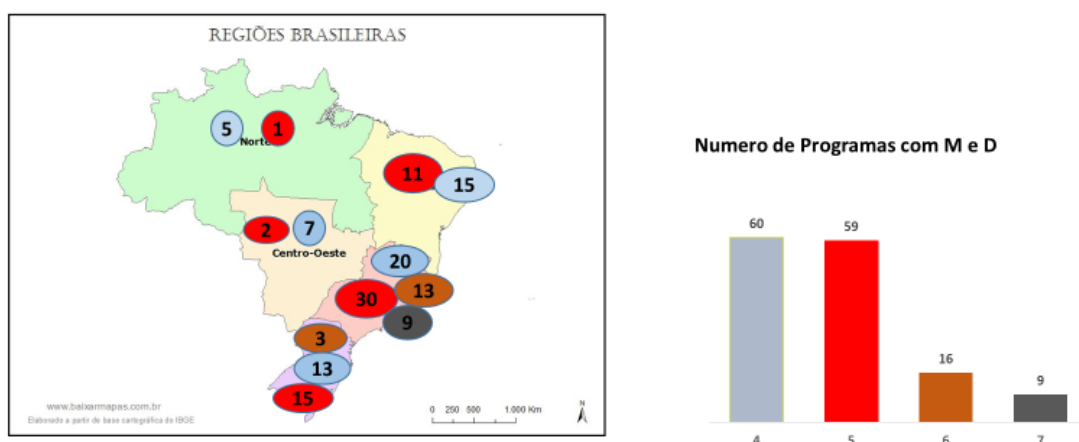


Figura 5. Distribuição geográfica e por notas atribuídas pela Capes aos programas com Mestrado e Doutorado da Área de Ciências Agrárias I existentes atualmente no País.

A interdisciplinaridade exerce papel central nas atividades dos programas da Área de Ciências Agrárias I, uma vez que ela se subdivide nas seguintes subáreas: Ciência do Solo, Ciências Florestais, Engenharia Agrícola, Experimentação Agrícola, Extensão e Desenvolvimento Rural, Melhoramento e Recursos Genéticos, Proteção de Plantas, Fitotecnia, Agroecologia, Microbiologia Agrícola, Botânica Agrícola e Química Agrícola.

A área segue os conceitos claramente estabelecidos como metas prioritárias no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020) como **multidisciplinar, agregando** áreas do conhecimento em torno de um ou mais temas, mas cada área ainda preservando sua metodologia e independência. Por outro lado, a **Interdisciplinaridade** define a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribuam para o avanço das fronteiras da ciência e da tecnologia, transferindo métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas, de modo a formar um novo profissional, portador de um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora. A Área de Ciências Agrárias I é interdisciplinar por excelência. A grande maioria dos projetos de pesquisa, das dissertações e teses da área tem um forte componente interdisciplinar não somente com a Ciência de Alimentos, Medicina Veterinária e Zootecnia e Recursos Pesqueiros (que pertencem à mesma grande área de Agrárias), mas também com as demais áreas do conhecimento. Alguns exemplos que demonstram a efetiva interdisciplinaridade na área estão descritos a seguir. Os programas de PG de Ciência do Solo utilizam as técnicas e princípios das áreas de microbiologia, geologia, física, química, engenharia mecânica e de materiais, geografia física e informática. Já os programas de PG em Agronomia, Fitotecnia e Produção Vegetal utilizam os princípios e métodos das áreas de botânica, biologia, fisiologia, matemática e estatística, ciências ambientais, farmácia, informática, design, urbanismo e agronegócios. Os programas de Melhoramento e Recursos Genéticos tem como apoio os princípios e técnicas da genética, estatística, genética molecular, biotecnologia, bioinformática, biodiversidade, ciências ambientais, citogenética, botânica e fisiologia. Os programas de PG voltados ao controle de doenças e pragas utilizam os métodos e princípios da biologia, química, zoologia, farmácia, estatística, genética, ciências ambientais e geografia. Os programas de PG voltados as Ciências Florestais têm utilizado as técnicas e métodos da biologia, biodiversidade, genética, fisiologia, design, materiais, geografia, geologia, estatística, gestão e agronegócios. Os programas de PG em Extensão e Desenvolvimento Rural utilizam muito as técnicas e métodos das áreas das ciências humanas sociais e aplicadas (educação, sociologia, gestão), geografia humana e física, biologia, engenharia, estatística, história e informática. Por fim, outra demonstração inequívoca de interdisciplinaridade da Área de Ciências Agrárias I é o número de artigos científicos publicados pelos programas em periódicos cuja “subject category” é diferente de “Agronomy, Plant Science” ou outra categoria relacionada a área de Agrárias. Nos anos de 2013 a 2015 foram publicados artigos em 147 das 235 “subject category” existentes na base ISI Web of Knowledge da Thomson Reuters e cujas medianas foram utilizadas para atualizar o Qualis das Ciências Agrárias I.

A Área de Ciências Agrárias possui pouca atividade direta ligada aos ensinos básico e fundamental. Nos relatórios dos programas não se constatam ações nesse sentido. No entanto, vários programas de pós-graduação da área tem contribuído para a formação de professores do ensino médio, principalmente nas áreas das ciências biológicas e na formação de técnicos em agropecuária. Já no ensino médio, a inserção provém da atuação dos alunos dos programas de pós-graduação por meio de estágios de docência em escolas técnicas e colégios agrícolas; inserção social dos PPG em atividades nas escolas de nível médio; PRONATEC Escola Agrícola; PIBIC Júnior; incentivo aos editais para bolsas Junior de Fundações Estaduais; além da demanda por estágios de alunos de cursos técnicos nas universidades, interagindo com alunos de graduação e de pós-graduação.

II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017

a. Descrição e orientações sobre a avaliação

Para a avaliação quadrienal 2017, a Área manteve a mesma proporção valorativa dos itens da ficha de avaliação dos programas acadêmicos existente, ou seja, 0% para a Proposta, 20% para o Corpo Docente, 30% para Corpo Discente, Teses e Dissertações, 40% para Produção Intelectual e 10% para Inserção Social. Com a implantação da plataforma Sucupira que possibilita, por meio de suas planilhas, obtenção de todos os dados métricos de cada um dos programas, será possível ao comitê de avaliação na Quadrienal 2017, pela primeira vez, dedicar mais tempo à análise qualitativa dos programas. Neste contexto, a avaliação da proposta do programa terá grande importância, especialmente quanto ao seu caráter inovador, sua coerência com os objetivos do programa, a adequação das áreas de concentração e das linhas de pesquisa, qualidade das disciplinas oferecidas e demais elementos que proporcionam uma formação diferenciada dos discentes, os quais serão fundamentais na avaliação. Além disso, a proposta do programa deve ser bem estruturada, de modo a evidenciar que os docentes permanentes tem atuação de formação e publicações em periódicos científicos com aderência à(s) área(s) de concentração(s) e linha(s) de pesquisa do programa. As linhas e projetos de pesquisa devem ser atuais, coerentes e consistentes com a(s) área(s) de concentração. Deve haver equilíbrio no número de linhas de pesquisa entre a(s) área(s) de concentração, bem como no número de projetos entre as linhas de pesquisa e desses com os docentes permanentes. Duas orientações importantes naquele quesito se referem a: a) o plano de metas (planejamento das atividades futuras), que os programas são solicitados a elaborar, com vistas a melhorar

seu desempenho; b) instrumentos de autoavaliação e de seminários de avaliação, com a participação dos docentes e discentes do respectivo programa.

A estrutura curricular deve possuir disciplinas com conteúdo e em número suficiente para atender à(s) respectiva(s) área(s) de concentração e linhas de pesquisa. As disciplinas devem conter ementa e bibliografia atualizadas e estar de acordo com a especialidade dos docentes. A proposta do programa deve informar, explicitamente, o formato pelo qual as disciplinas são ministradas e avaliadas. As disciplinas devem centrar a formação holística e básica do discente na área de ciências agrárias. Serão valorizados os programas que possuam disciplinas de ética na pesquisa, redação e metodologia científica, pedagogia aplicada ao ensino superior, seminários e estatística experimental.

O corpo docente deve ser constituído exclusivamente por docentes doutores com maturidade científica e produção intelectual independente e pertinente à(s) área (s) de concentração e às linhas de pesquisa do programa. O corpo docente total, que é a soma dos docentes permanentes e colaboradores, deve incluir no mínimo 70% de docentes permanentes. Setenta e cinco por cento (75%) dos docentes deve manter vínculo em tempo integral com a Instituição e/ou campi proponente e dedicação mínima de 12 horas semanais ao curso. A participação de professores colaboradores ou visitantes não deve caracterizar dependência externa e deve limitar-se às atividades de ensino ou participação em projetos de pesquisa.

Todos os docentes permanentes devem ser responsáveis por, ao menos, um projeto de pesquisa vinculado e aderente a uma linha de pesquisa do respectivo programa.

Os critérios de credenciamento, descredenciamento e recondução dos docentes devem ser apresentados de forma clara e objetiva, bem como constar no regulamento ou na resolução do curso.

A produção intelectual dos docentes permanentes deve guardar estreita relação com as linhas e projetos de pesquisa dentro de cada área de concentração do programa. Os docentes permanentes devem publicar artigos em periódicos científicos de qualidade, vinculados à proposta do programa e atender aos critérios mínimos exigidos pela área de Ciências Agrárias I.

A instituição/campus onde será oferecido o curso deve apresentar infraestrutura administrativa e acadêmica, possuir recursos de informática e laboratórios habilitados, para o seu adequado funcionamento e desenvolvimento das atividades de formação e pesquisa, em consonância com a(s) área(s) de concentração e a(s) linha(s) de pesquisa.

Deve ser destacada a participação dos docentes permanentes em órgãos oficiais (CAPES, CNPq, FAP, conselhos governamentais e outros) e privados, bem como atuação como editores de periódicos científicos, comissão editorial, consultores “ad hoc”,

organizadores ou debatedores em eventos internacionais e nacionais, e atuação em sociedades científicas e de entidades de classe.

Curso de Mestrado Profissional

O mestrado profissional (MP) é uma modalidade de pós-graduação voltada à qualificação de pessoal de nível superior para a pesquisa aplicada, gestão da produção, geração de tecnologias e inovação de produtos e processos em benefício do complexo agroindustrial brasileiro. Trata-se de qualificação e treinamento orientados por demandas do setor produtivo, com ênfase na solução de problemas. A função básica de um MP é o desenvolvimento de competências de profissionais por meio da ampliação de seu senso crítico, visão estratégica, criatividade e capacidade analítica e interpretativa sobre questões e problemas, conforme interesses e expectativas do setor envolvido e da sociedade. O MP deve formar mestres mais qualificados para o exercício de profissões que, preferencialmente, não se envolvam com docência acadêmica.

A proposta dos programas de MP deve embasar-se em demandas bem definidas por novos produtos ou processos, ou ainda por treinamento e qualificação técnica de profissionais. A proposta do programa deve possuir abordagem interdisciplinar envolvendo teoria e prática em torno do tema foco do MP, mantendo estreita relação entre a academia ou institutos de pesquisa e o setor produtivo. Salienta-se que a proposta do programa de MP não deve ser abrangente, mas sim focada em um segmento do setor ou cadeia produtiva. Os objetivos devem ser detalhados e bem definidos e a associação entre as atividades de formação e a qualificação técnico-profissional do egresso deve ser apresentada de forma clara e direta.

Da mesma forma e pelas mesmas razões citadas para as modalidades acadêmicas, na avaliação dos programas de Mestrado Profissional será dada bastante importância ao item Proposta do programa, que deverá apresentar com clareza o problema que levou à sua criação, os objetivos, e as formas adotadas para cumpri-los. A proposta deve, portanto, ser inovadora e relevante do ponto tecnológico, mas fortemente embasada nos avanços científicos recentes, a fim de contribuir para o desenvolvimento local, regional ou nacional. Como consequência, deve estar alicerçada em disciplinas com conteúdo de cunho inovador e incluir avanços recentes do conhecimento de forma a permitir a qualificação desejada do aluno-profissional.

Os docentes, por sua vez, devem ser em número suficiente para atender as demandas de aula e de orientação, sempre atendendo a(s) respectiva(s) linha(s) de pesquisa e área(s) de concentração. Para tanto, devem ter preferencialmente vínculo em tempo integral com a instituição proponente, tempo de dedicação ao curso de pelo menos 12

horas semanais, e demonstrar possuir experiência e/ou envolvimento direto no setor produtivo ou atividade no qual a proposta se insere.

O envolvimento de professores colaboradores ou visitantes não deve caracterizar dependência externa nem ser utilizado para o atendimento das exigências mínimas de produção técnica e/ou científica. É desejável, ainda, que o corpo docente não seja todo ele composto por doutores com tempo de atuação profissional que ultrapasse a exigência legal para a aposentadoria, ou que já estejam aposentados em outras Instituições, e que tenham sido reunidos apenas com o objetivo de constituir um grupo experiente para iniciar um programa ou curso em uma nova instituição.

Todos os docentes permanentes devem ser responsáveis por pelo menos um projeto de pesquisa ou tecnológico vinculado a uma linha de pesquisa do curso e ministrar disciplinas com estrutura curricular clara, bibliografia atual, inovadoras e consistentemente vinculadas à sua especialidade, articulando-se ensino e aplicação profissional de forma diferenciada e flexível, em termos coerentes com seus objetivos. As disciplinas não devem ser oferecidas em módulos curtos pois isto dificulta o contato professor-aluno, de grande importância na sua formação ao facilitar troca de informações e acompanhamento das atividades dos trabalhos de conclusão de curso. Vale ressaltar que apresentação de trabalho final é obrigatória por parte dos discentes, os quais devem demonstrar completo domínio do objeto de estudo.

A produção intelectual e técnica dos docentes permanentes deve guardar estreita relação com as linhas e projetos de pesquisa dentro de cada área de concentração. Por se tratar programas voltados à solução de problemas, a produção técnica deve ser valorizada. Assim, além de participação e publicações em periódicos e eventos científicos, espera-se dos docentes permanentes: (a) publicações em periódicos científicos; (b) publicações técnicas na forma de livros e capítulos de livro, boletins, artigos em revistas técnicas e textos em jornais; (c) obtenção de produtos e processos, patenteados ou não, como cultivares, estirpes de microrganismos, processos agropecuários e industriais, novos insumos, etc.; (d) participação em eventos científicos e técnicos (dias de campo, participação em workshops, treinamentos, palestras a produtores, etc.); e (e) organização de eventos técnicos, como cursos de curta duração e dias de campo para produtores rurais e técnicos.

Seminário de Acompanhamento

Para a área de Ciências Agrárias I, devido ao grande número de programas, foi impossível realizar, a contento, tudo o que havia sido programado. A reunião com os coordenadores dos programas e cursos foi muito importante, porque a grande maioria é formada por coordenadores recém-empossados e, conseqüentemente, não possuíam ideia clara dos documentos da área e dos procedimentos de avaliação. Assim, as

discussões foram bastante proveitosas para todos. Os coordenadores tiveram acesso a uma avaliação parcial de seus programas, sempre confrontada com avaliações dos demais programas da área, obtendo, assim elementos para atuar nos pontos críticos de seus próprios programas.

Foi apresentado um resumo do desempenho de cada programa com os dados da Plataforma Sucupira de 2013 e 2014. Especialmente, destacaram-se os seguintes itens da ficha de avaliação dos programas acadêmicos: 2.2. Número de docentes permanentes e proporção de docentes permanentes; 3.1. Número de discentes titulados por docente permanente e proporção de discentes titulados no mestrado e no doutorado; 3.4 tempo médio de titulação no mestrado e doutorado; 4.1 Número de produções Equivalente A1/docente permanente/ano e número de produções nos estratos (A1+A2+B1)/docente permanente/ano . A pedido dos coordenadores, também foram discutidos em detalhes todos os itens da ficha de avaliação além do Qualis da Área e modificações ocorridas com o advento da Plataforma Sucupira. Os coordenadores dos programas da área de Recursos Florestais e Engenharia Florestal dos programas de Mestrados Profissionais se reuniram em separado. No caso dos Mestrados Profissionais, além dos itens acima mencionados foi realizada ampla discussão sobre: 1) número mínimo de docentes permanentes, 2) número ideal de alunos por orientador, 3) distribuição da produção científica de docentes que atuam como docentes permanentes em mais de um programa, 4) adequação dos critérios de avaliação, 5) preenchimento adequado das informações na plataforma Sucupira, e 5) financiamento da pós-graduação. Ficou acertado ainda que a Coordenação iria promover um estudo visando adequar a avaliação à natureza e particularidades não só dos programas de Mestrado Profissional mas também dos programas da subárea de Extensão e Desenvolvimento Rural.

Nos relatórios contidos na Plataforma Sucupira dos anos de 2013 e 2014, havia em média 14,35 e 14,80 docentes permanentes por programa, com 12,44 e 12,90 dissertações e 7,96 e 8,50 teses defendidas por programa, com tempo médio de titulação de 24,32 e 24,30 meses e de 44,94 e 45,78 meses, respectivamente. Considerando os dados de 2014, cada docente orientou, em média, 1,80 estudantes de mestrado e 1,80 estudantes de doutorado, o que demonstra que ainda há espaços para aumentar o número de estudantes nos atuais programas de pós-graduação da área. Considerando-se a produtividade e capacidade de orientação dos docentes na área de Ciências Agrárias I, o número considerado ideal é de, no máximo, dez orientados por orientador, levando-se em consideração o somatório de todos os programas que o docente atua como permanente. Os programas estão, na sua maioria, administrando corretamente esta questão, usando mecanismos internos de controle para que os

docentes admitam um número de orientados compatível com sua produção científica. Especialmente no caso dos programas com corpo docente pequeno, é importante que esta distribuição não cause uma concentração elevada de discentes sobre poucos docentes. Foi apresentado e aprovado por todos os coordenadores presentes a criação da categoria Jovem Docente Permanente (JDP). Esta visa estabelecer política de incremento do universo de docentes permanentes nos programas de pós-graduação da área, em especial daqueles com notas 5, 6 e 7. A coordenação de área propôs uma ação para estimular a incorporação de jovens docentes permanentes (JDP) com real potencial de contribuição para a formação de recursos humanos e produção de conhecimento qualificado. Esta ação deve ser acompanhada do apoio institucional com a concessão de espaço físico, infraestrutura mínima e apoio financeiro. Enquadram-se na subcategoria de Jovem Docente Permanente – JDP (aqueles que ingressaram no Programa nos anos de 2015 e 2016 e que defenderam a tese de doutorado a partir de 2011, incluindo 2011.), para o dimensionamento do corpo docente permanente os JDP não serão contabilizados ($DP = DP \text{ Total} - JDP$), e o número de JDP não pode ultrapassar o limite de 20% de DP total.

Do ponto de vista conceitual, há uma clara necessidade de mudar-se o foco atual da produção científica do professor para a formação do aluno. No momento, e por razões que aqui não cabem ser discutidas, a maioria dos programas de pós-graduação na área de Ciências Agrárias I parece estar voltada para garantir a produção científica dos docentes. Muitas das disciplinas são ministradas de forma concentrada, em que os discentes apenas apresentam um seminário, inexistindo provas ou qualquer avaliação mais rigorosa. Tais procedimentos devem ser evitados. Quando se compara o conjunto de disciplinas dos alunos que realizam o doutorado nas universidades brasileiras com as do exterior, constata-se uma nítida e manifesta diferença no tipo de disciplinas e dos desafios que cada conjunto de dessas impõe aos discentes. Assim, verifica-se haver uma clara necessidade de modificar o tipo de disciplinas, passando de informadoras para formadoras, requerendo-se dos discentes uma efetiva e dedicada participação na sua formação acadêmica.

III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016

MESTRADO E DOUTORADO ACADÊMICO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
<p>Comentários sobre o quesito: A proposta deve demonstrar coerência entre os objetivos do programa e área(s) de concentração, linhas e projetos de pesquisa, estrutura curricular e infraestrutura. Este item é condicional para a avaliação do Programa.</p>		
1 – Proposta do Programa		
<p>1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.</p>	60%	<p>Será avaliada a estrutura geral do programa destacando a coerência entre o perfil do egresso desejado com a estratégia didático pedagógica e a coerência e dimensionamento das linhas e projetos de pesquisa em relação à(s) área(s) de concentração do programa. A cada quadriênio o programa deverá informar as modificações e diferenciais ocorridos no período. É necessário que ocorra equilíbrio entre a distribuição dos projetos de pesquisas, docentes permanentes (DP) e atividades de orientação entre as linhas de pesquisa. Serão avaliados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Coerência da proposta do programa e a sua estruturação de desenvolvimento visando atender ao perfil do egresso desejado; 2) Adequação, coerência e distribuição dos projetos de pesquisa com as respectivas linhas de pesquisa; 3) Adequação, coerência e quantidade das disciplinas oferecidas em relação às linhas de pesquisa e áreas de concentração; 4) Consistência das ementas das disciplinas, coerência e a atualização das respectivas

		<p>bibliografias; (as disciplinas devem ter cunho formativo em relação ao conteúdo abordado e não ser apenas uma reprodução melhorada das disciplinas de graduação; devem possuir bibliografias e ementas atuais e modernas).</p> <p>5) Presença de disciplinas de fundamentação teórica e metodológica e de estratégias de formação didático-pedagógicas;</p> <p>6) Avaliação sobre a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade do programa.</p> <p>7) Forma do oferecimento das disciplinas e metodologia de avaliação dos discentes</p>
<p>1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação dos alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica para seus egressos, conforme os parâmetros da área.</p>	<p>30%</p>	<p>No planejamento estratégico do programa, deve definir-se, claramente, a política de internacionalização coletiva do programa. contratação/renovação do corpo docente, considerando-se a melhoria e a modernização das linhas de pesquisa, disciplinas e atividades didáticas complementares.</p> <p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <p>1) Adequação das propostas do programa às necessidades regionais, nacionais e internacionais;</p> <p>2) Propostas para enfrentar os desafios da área tanto em relação à formação de mestres e doutores, quanto à produção de conhecimento;</p> <p>3) Propostas de qualificação do corpo docente;</p> <p>4) Formas e meios que o programa pretende adotar para enfrentar os desafios da área e atingir seus objetivos atuais e futuros.</p> <p>5) Proposta de acompanhamento dos egressos com domínio do destino e ambiente de atuação profissional.</p> <p>6) Planejamento de auto avaliação do programa explicitando atividades</p>

		desenvolvidas ao longo do quadriênio que esteja em consonância com os critérios de avaliação da área na CAPES. 7) Apresentar processo atualizado de credenciamento e credenciamento docente do programa visando a incorporar novos docentes e o atendimento às metas de avaliação definidas pelo programa.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	10%	Devem estar disponíveis para as atividades do programa infraestrutura de laboratórios, equipamentos, biblioteca, recursos humanos setor de administração e acesso à internet. Serão avaliadas a existência, adequação e suficiência de: 1) Laboratórios com condições para a realização das pesquisas de dissertações e teses; 2) Biblioteca que permita o acesso rápido às informações, com ênfase nos periódicos; 3) Recursos de informática disponíveis para alunos e docentes; 4) Recursos próprios para a realização de atividades docentes e de orientação; 5) Apresentação, no relatório do programa de avaliação dos principais problemas de infraestrutura e de ações e estratégias para solucioná-los.
2 – Corpo Docente	20%	
Comentários sobre o quesito: O corpo docente previsto deve ter titulação de doutor e experiência em investigação e científica na(s) área(s) de concentração, além de ser numericamente compatível com a dimensão e diversidade do programa. A maioria dos professores deve pertencer à categoria de docentes permanentes e ter vínculo de trabalho em tempo integral na instituição.		
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à proposta do programa.	25%	Será examinado o perfil dos docentes em termos de diversificação na origem de formação e vivência em diferentes instituições. Será avaliada a estratégia dos programas em termos de aprimoramento continuado dos docentes por meio de estágios de pós-doutorado, licenças sabáticas

		<p>e programas de colaboração nacional e internacional. A área considerara, na avaliação, critérios como:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Corpo docente é composto por doutores com formação ou atuação na área; 2) Áreas de formação acadêmica dos docentes permanentes adequadas à proposta do programa com aderência às áreas de concentração, linhas de pesquisa, e projetos de pesquisa; 3) Áreas e a diversificação da formação do corpo docente adequada e não endógenas; 4) Nível de experiência do corpo docente, inclusive sua projeção nacional e internacional; 5) Estratégias e quantitativo de docentes permanentes com pós-doutorado com destaque aos que o concluíram no presente quadriênio; 6) Proporção de docentes com experiência no exterior (professor visitante, pós-doutorado, doutorado pleno e sanduíche); 7) Capacidade de atração, por parte do corpo docente, de alunos para estágios pós-doutorais; 8) Participação de docentes nas condições de visitantes em outras IES nacionais e internacionais, de consultores técnico-científicos de instituições públicas, privadas e órgãos de fomento; de pareceristas, corpo editorial e editor de periódicos especializados nacionais e internacionais.
<p>2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.</p>	<p align="center">20%</p>	<p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Número mínimo de professores permanentes no programa deve ser dez; 2) Atuação do corpo docente permanente nas atividades de ensino, pesquisa, orientação, publicação e formação de mestres e doutores; 3) Estabilidade do corpo docente permanente, considerando o impacto gerado nas atividades de ensino, pesquisa e

		<p>orientação, em função das possíveis reduções, incorporações e substituições de docentes;</p> <p>4) Percentual de docentes permanentes em tempo integral e com vínculo institucional (70% dos docentes permanentes);</p> <p>5) Dinâmica do Programa quanto a dependência da atuação de docentes visitantes e colaboradores;</p> <p>6) Capacidade de incorporação de novos docentes permanentes e capacidade de incorporação de novos horizontes ao programa;</p> <p>7) Percentual de docentes permanentes que se dedicam exclusivamente ao programa (mais de 50% dos DP);</p> <p>8) Docentes colaboradores somente devem orientar discentes de PG em situações especiais e justificadas;</p>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.</p>	<p align="center">40%</p>	<p>Devem ser observados os seguintes aspectos:</p> <p>1) As atividades de ensino, orientação e pesquisa devem estar a cargo dos docentes permanentes;</p> <p>2) Proporção de docentes permanentes que participam das atividades de ensino, orientação e pesquisa;</p> <p>3) Proporção de docentes permanentes que coordenam projetos de pesquisa;</p> <p>4) Equilíbrio na distribuição das atividades de ensino, orientação e pesquisa entre os docentes permanentes.</p>
<p>2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de</p>	<p align="center">15%</p>	<p>Devem ser considerados os seguintes aspectos:</p> <p>1) Percentual de docentes permanentes que atuam em disciplinas na graduação;</p> <p>2) Nível de envolvimento do corpo docente permanente na orientação de iniciação</p>

<p>profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs.: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.</p>		<p>científica e trabalho de conclusão de curso aos estudantes de graduação;</p> <p>Obs: para as instituições que não mantem ensino de graduação, serão valorizadas atividades de orientações de bolsistas de IC e outros tipos de bolsas.</p>
<p>3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações</p>	<p align="center">30%</p>	
<p>Comentários sobre o quesito: O programa deve ter capacidade de admitir discentes de mestrado e/ou doutorado, proporcionar-lhes a formação necessária e possibilitar sua titulação no tempo previsto, atendo-se ao pressuposto básico da qualidade acadêmica.</p>		
<p>3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.</p>	<p align="center">30%</p>	<p>Avaliar a quantidade de teses e dissertações concluídas em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente, verificando-se a proporção é adequada e se as teses e dissertações concluídas indicam atuação efetiva do corpo docente na orientação. Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <p>a) Número de titulados (em equivalente de dissertação) por docente permanente por ano.</p> <p>*Equivalente dissertação: uma tese corresponde a duas dissertações (T = 2 D).</p> <p>b) Percentual de titulados no mestrado e no doutorado, em relação ao total do corpo discente.</p> <p>c) Percentual de discentes que abandonaram ou foram desligados.</p>
<p>3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.</p>	<p align="center">20%</p>	<p>Devem ser observados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Averiguar se as teses e dissertações defendidas estão a cargo dos docentes permanentes; 2) Percentual de docentes permanentes com dois a dez orientados; 3) Equilíbrio na distribuição das teses e

		dissertações defendidas, entre os docentes permanentes;
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	40 %	<p>As teses e dissertações devem estar vinculadas às áreas de concentração e linhas de pesquisa e ao perfil do programa, sendo desejável que todo o trabalho de conclusão (T e D) gere publicações em revistas científicas indexadas. A disponibilização 'on line' das teses e dissertações na página eletrônica da IES, conforme a Portaria nº 13/2006 da Capes, não basta para se considerar publicação, nos termos deste item.</p> <p>Será avaliada, também, a vinculação das teses e dissertações com a produção científica e tecnológica do programa, bem como a composição e participação de membros externos nas bancas examinadoras.</p> <p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Proporção de discentes e egressos-autores (titulados nos últimos 4 anos) com publicações, em relação à dimensão do corpo discente; 2) Produção do corpo discente em eventos científicos: trabalhos apresentados, resumos em anais, dentre outros; 3) Vínculo das teses e dissertações com linhas e projetos de pesquisa; 4) Qualificação das bancas examinadoras bem como sua diversidade de origem;
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	10%	<p>Neste quesito será correlacionado o tempo médio de titulação para mestrado e doutorado com a qualidade de formação e da produção técnico-científica do programa.</p> <p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Tempo médio de titulação dos discentes em nível de mestrado e do doutorado (ME

		= 30m e DO = 50m); 2) Existência de bolsas de doutorado sanduíche; 3) Fluxo de entrada e saída dos alunos no programa;
4 – Produção Intelectual	40%	
Comentários sobre o quesito: Pela atuação de seus docentes e discentes, o programa deve demonstrar capacidade de produzir conhecimento novo na(s) sua(s) área(s) de concentração, observando os princípios de qualidade/relevância científica, regularidade e distribuição entre os pesquisadores.		
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	50%	<p>1. Para quantificar a produção do programa, os artigos completos publicados em periódicos serão contabilizados apenas uma vez, ou seja, os artigos em coautoria por mais de um docente do programa serão contabilizados apenas uma vez;</p> <p>2. A qualidade destes será aferida pelo Qualis periódicos da área de Ciências Agrárias I, finalizado no ano de 2017. A participação de discentes da pós-graduação e/ou da graduação será altamente valorizada;</p> <p>3. A área recomenda que a produção de docentes permanentes que participam em mais de um programa seja discriminada pelos coordenadores, levando-se em consideração a linha de pesquisa que a produção mais mostra aderência e a presença do aluno e o tipo de colaboração da qual resultou a referida produção</p> <p>As publicações qualificadas serão avaliadas pelo número de artigos publicados pelo corpo docente permanente, conforme tabela a seguir:</p> <p>a) Número médio de artigos publicados (Artigo Equivalente A1) em periódicos do Qualis por docente permanente por ano.</p> <p>b) Número médio de artigos publicados em periódicos A1, A2 e B1 do Qualis da Área por docente permanente por ano.</p>

4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	40%	Será verificada a distribuição das publicações entre os docentes permanentes. É recomendável que todo docente permanente publique e que a produção seja equilibrada entre os docentes, áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa. Este item será avaliado conforme: 1. Percentual de docentes que publicou pelo menos 0,70 Artigo Equivalente A1* do Qualis por ano.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	10%	Serão considerados produção técnica do programa em função dos grupos de atividades definidos pela área de Ciências Agrárias I: Grupo 1: Patentes; cultivares registradas/e protegidas. documentos elaborados para agências internacionais instituições nacionais, estaduais e municipais; desenvolvimento de aplicativo e software. Grupo 2: Desenvolvimento de material didático e instrucional; desenvolvimento de produto e protótipos; desenvolvimento de técnica; editoria; livros e capítulos de livros com ISBN; entrevista em programa de radio, TV, revistas e jornais; serviços técnicos (elaboração de normas, protocolos e programas; consultorias e assessorias técnicas). Grupo 3: Serviços técnicos (pareceres para revistas científicas vinculadas ao Qualis da área de circulação nacional; e pareceres para revistas científicas vinculadas ao Qualis da área de circulação internacional); organização de eventos; apresentação de trabalhos; relatórios de pesquisa; cursos de curta duração. Serão considerados prioritariamente os produtos dos grupos 1 e 2. Apresentações de

		trabalhos em eventos científicos e publicação de resumos em anais serão valorizadas apenas para os respectivos discentes.
5 – Inserção Social	10%	
Comentários sobre o quesito: Importância do programa para o desenvolvimento local, regional e nacional em termos de formação de pesquisadores e de professores da educação superior, além da produção de conhecimento científico.		
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	65%	<p>Descrever, desde a última avaliação, quais foram os principais impactos do programa em termos regionais, nacionais e internacionais. Impactos em termos científicos (avanços realizados), tecnológicos (de inovação e desenvolvimento de produtos e processos) e de desenvolvimento regional.</p> <p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <p>1) Impacto científico : principais avanços do programa no conhecimento científico e sua aplicação para resolver os problemas regionais, nacionais ou internacionais; Analisar os prêmios recebidos pelo corpo docente e discente do programa Participações especiais do corpo docente em órgãos oficiais (CAPES, CNPq, FAP, Conselhos governamentais, etc) e privados. Participação do corpo docente como: editores de periódicos Qualis da área, membros de corpo editorial, consultores ad-hoc de periódicos internacionais, organizadores de eventos, palestrantes, moderadores, debatedores, etc. em eventos internacionais e nacionais.</p> <p>2) Impacto tecnológico/econômico: Desenvolvimento de produtos e processos tecnológicos com aplicação regional, nacional ou internacional. Disseminação de novas técnicas e conhecimentos.</p>

<p>5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.</p>	<p>20%</p>	<p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Envolvimento e cooperação com IES, centros de pesquisa e outros programas de pós-graduação do País ou do exterior, mediante intercâmbios efetivos e projetos colaborativos envolvendo pesquisa e inovação tecnológica;2) Participação em projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou para o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas menos aquinhoadas (atuação de professores visitantes; participação em programas como PROCAD, PQI, Dinter/Minter ou similar;3) Participação de docentes e discentes do programa analisado com atividades em outros programas, bem como o número efetivo de discentes e docentes de outros programas com atividades no programa analisado;4) Participação de docentes do programa em redes de pesquisa interinstitucionais;5) Publicações conjuntas de docentes do programa com docentes de outras IES ou institutos de pesquisa;6) Parceria entre instituições na organização de eventos científicos relevantes para a área;7) Programas oficiais de cooperação nacional e internacional. Solidariedade com programas menos consolidados;8) Estratégias de internacionalização: envio de alunos ao exterior para programas sanduíches; recebimento de alunos das melhores instituições do exterior para estágios e sanduíches;9) Participação de docentes permanentes como editores e como membros de corpo editorial de periódicos do exterior, como organizadores de eventos científicos internacionais e como membros de comitês de eventos internacionais.
--	------------	---

<p>5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa a sua atuação.</p>	<p>15%</p>	<p>Devem ser observados os seguintes aspectos:</p> <p>1) Manutenção de página Web para a divulgação atualizada de dados de interesse da comunidade sobre seleção, atuação e produção acadêmica;</p> <p>2) Existência de página Web atualizada com informações detalhadas e com versões em português e inglês especialmente para os programas com potencial para notas 5, 6 e 7</p> <p>3) Garantia de amplo acesso a teses e dissertações, pela Web, conforme a Portaria CAPES No 13/2006, que torna obrigatória essa providência.</p> <p>4) Desenvolvimento de atividades de popularização da ciência e de divulgação que amplie a visibilidade e a apropriação da comunidade pelo potencial do programa.</p>
--	------------	---

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
<p>1.1 Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa</p>	<p>30%</p>	<p>Avaliar se o conjunto de área de concentração, projetos de pesquisa e linhas de atuação, de disciplinas e suas ementas, definidos pelo programa, está em consonância com os objetivos da modalidade mestrado profissional.</p> <p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <p>1) Adequação, coerência e quantidade das linhas de pesquisa e atuação com as respectivas áreas de concentração;</p> <p>2) Adequação, coerência e quantidade dos projetos de pesquisa e ou tecnológicos com as respectivas linhas de pesquisa;</p> <p>3) Adequação, coerência e quantidade das disciplinas oferecidas em relação às linhas de</p>

		<p>pesquisa e área de concentração;</p> <p>4) Adequação e consistência das ementas, assim como coerência e atualização das respectivas bibliografias;</p> <p>5) Presença de disciplinas de formação profissional coerentes com a área de concentração e proposta do programa.</p>
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	30%	<p>Avaliar se o conjunto de mecanismos de interação e atividades previstas e desenvolvidas no programa junto aos respectivos setores profissionais são coerentes e efetivos e se estão em consonância com o corpo docente.</p> <p>Devem ser avaliadas:</p> <p>1) Atividades de cooperação e intercâmbio;</p> <p>2) Resultados/produtos técnico-científicos gerados pela relação de cooperação;</p> <p>3) Formação de recursos humanos para atender as demandas sociais, organizacionais ou profissionais;</p> <p>4) Conjunto de mecanismos de interação e atividades previstas junto aos respectivos campos/setores profissionais são efetivos e coerente para o desenvolvimento desses campos/setores.</p>
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	<p>Avaliar se o conjunto de infraestrutura, informática e biblioteca disponíveis para o programa é adequado para as atividades propostas e realizadas no âmbito do ensino, da pesquisa e da administração.</p> <p>Devem ser avaliadas a existência, a adequação e a suficiência de:</p> <p>1) Laboratórios com condições para a realização das pesquisas de trabalhos de conclusão de curso;</p> <p>2) Biblioteca e ambientes que permitam o acesso rápido às informações, com ênfase em periódicos e bases de dados;</p>

		<p>3) Recursos de mídia e informática disponíveis para alunos, docentes e técnicos administrativos;</p> <p>4) Área física para a realização de atividades docentes e de orientação.</p>
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais e futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20%	<p>Avaliar o planejamento do programa, com vistas a sua evolução, contemplando os desafios na produção e aplicação do conhecimento, na melhor formação dos alunos, e metas quanto à inserção social.</p> <p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <p>1) Adequação da proposta do Programa às necessidades locais, regionais e nacionais.;</p> <p>2) Adequação das propostas para enfrentar os desafios de formação dos mestres profissionais e da geração de conhecimento;</p> <p>3) Adequação das propostas de qualificação do corpo docente.</p>
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	<p>Avaliar o perfil e a atuação do corpo docente permanente e sua aderência ao conjunto de atividades profissionais e técnicas desenvolvidas no programa. Avaliar a atuação do corpo docente na pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de concentração.</p> <p>Devem ser observados os seguintes aspectos:</p> <p>1. Integração, e equilíbrio do corpo docente em termos de titulação, ou seja, se formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação;</p> <p>2. Formação e área de atuação do corpo docente;</p> <p>3. Nível de diversificação e adequação e de endogenia na formação do corpo docente, levando-se em conta o nível mais alto da formação;</p> <p>4. Abrangência da projeção do corpo docente, em termos de experiência na área de atuação, se em nível nacional e/ou internacional;</p> <p>5. Nível de experiência profissional do corpo</p>

		<p>docente na área de atuação do Programa para dar suporte à proposta;</p> <p>6. Percentual de docentes nas condições de visitantes em outras IES nacionais e internacionais e de consultores técnico-científicos.</p>
2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	30%	<p>Avaliar a compatibilidade entre o conjunto de atividades desenvolvidas é compatível com o dimensionamento, formação e perfil de atuação do corpo docente permanente.</p> <p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <p>1) Número mínimo de professores permanentes no programa (dez).</p> <p>2) Percentual de docentes permanentes com atividades de ensino, pesquisa, orientação, publicação e formação de mestres profissionais;</p> <p>3) Estabilidade do corpo docente permanente, considerando o impacto gerado nas atividades de ensino, pesquisa e orientação, em função das possíveis reduções, incorporações e substituições de docentes;</p> <p>4) Adequação do percentual de docentes permanentes em tempo integral e com vínculo institucional (pelo menos 70%);</p> <p>5) Dinâmica do programa revela independência de atuação de docentes visitantes e colaboradores.</p>
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	20%	<p>Avaliar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os docentes permanentes.</p> <p>Devem ser observados os seguintes aspectos:</p> <p>1) Proporção de docentes permanentes com atuação nas atividades de ensino e orientação;</p> <p>2) Proporção de docentes permanentes com atuação em pesquisa e desenvolvimento de projetos de pesquisa ou tecnológico.</p>

		3) Equilíbrio na distribuição das atividades de ensino, orientação e pesquisa entre os docentes permanentes.
3 – Corpo Discente e Trabalho de Conclusão	20%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do Programa.	30%	<p>Avaliar a quantidade das dissertações e demais trabalhos concluídos em função do número de docentes permanentes, e do seu perfil de atuação e dedicação ao Programa.</p> <p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Número de discentes titulados por docente permanente por ano; 2) Percentual de titulados em relação ao total do corpo discente; 3) Equilíbrio na distribuição dos trabalhos de conclusão aprovados entre os docentes permanentes; 4) Avaliar o percentual de discentes que abandonaram ou foram desligados do curso; <p>Obs: Todos ou a maioria dos docentes permanentes devem apresentar trabalhos de conclusão aprovados.</p>
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.	40%	<p>Avaliar o conjunto de produção técnico-científica envolvendo publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação técnica e/ou científica com participação de discentes/egressos. Todos os trabalhos de conclusão que por sigilo empresarial não puderem ser divulgados, deveriam ser informados à comissão de avaliação da Área.</p> <p>Devem ser observados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Proporção de discentes e egressos-autores (titulados no quadriênio) com publicação e produção técnicas, em relação à dimensão do corpo discente;

		<p>2) Produção de discente que participaram de eventos técnicos: trabalhos apresentados e resumos em anais, dentre outros;</p> <p>3) Qualidade da produção discente;</p> <p>4) Vínculo aos projetos de pesquisa ou tecnológicos dos trabalhos de conclusão aprovados ;</p> <p>5) Qualificação das bancas examinadoras bem como a diversidade de sua origem.</p>
<p>3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.</p>	<p style="text-align: center;">30%</p>	<p>É imprescindível que todo trabalho gere aplicação dos seus resultados na respectiva organização em que atua o mestrando. A comissão de área deve, portanto, ser informada sobre a aplicação e o impacto que isto produziu na organização. Recomenda-se fortemente, portanto, que a coordenação do programa, com pelo menos quatro anos de existência, solicite e disponibilize carta redigida e assinada por pelo menos três representantes do setor produtivo envolvido na proposta, atestando o nível de satisfação com as atividades de formação de pessoal e de geração de conhecimento e nível de aplicabilidade das tecnologias geradas pelo programa. Esta carta deveria utilizar de indicadores quantitativos, tipo “antes/depois”. De mesma forma, espera-se da coordenação do Programa, já a partir do primeiro ano de existência do Programa, informações sobre os trabalhos de conclusão e atuação do egresso, neste ultimo caso durante até três anos após a titulação. Este documento deve consistir de um resumo de até uma página para cada trabalho de conclusão, destacando de maneira clara e objetiva, de preferência de forma quantitativa, o problema e as soluções resultantes do TCC. Tais resumos não deveriam ter a forma genérica e vaga de dizer como “foram examinados”, “foram discutidos”. Além disso, a coordenação deveria informar:</p> <p>Número de TCC que resultaram em produtos, procedimentos, projetos de inovação, manuais técnicos, normas técnicas, livros texto, capítulos</p>

		de livro, e outras publicações técnicas aderentes à proposta.
4 – Produção Intelectual	40%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	20%	<p>Avaliar as publicações dos docentes do Programa com base no QUALIS da área. Verificar a produção de artigos em equivalente A1 por docente permanente, bem como a produção Qualis em A1, A2 e B1. Observar se a produção intelectual está vinculada à(s) área(s) de concentração e linha(s) de pesquisa do curso. O item será avaliado conforme os seguintes itens:</p> <p>a) Número médio de artigos publicados (<i>Artigo Equivalente A1</i>) em periódicos do Qualis por docente permanente por ano;</p> <p>b) Número médio de artigos publicados em periódicos A1, A2 e B1 do Qualis da área por docente permanente por ano;</p> <p>Observação: Para cursos de mestrado profissional associados aos programas acadêmicos poderão ser computadas as produções deste últimos, porém, somente aquelas fortemente aderidas ao tema do mestrado profissional.</p>
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	40%	<p>Deve ser considerada a produção técnica em relação ao quantitativo de docentes permanentes. A produção técnica deve ser classificada e pontuada com base nos seguintes itens, considerando-se as especificidades de cada subárea das Ciências Agrárias I.</p> <p>1) Prestação de serviço (inclui serviço técnico, consultoria, assessoria, parecer, auditoria, carta, mapa ou similar, manutenção de obra artística, maquete, curso de capacitação profissional e análises econômicas);</p> <p>2) Desenvolvimento de material didático e instrucional (inclui manuais e protocolos);</p> <p>3) Desenvolvimento de produto (inclui desenvolvimento de aplicativo, protótipo, software sem registro, serviços de informação);</p>

		<p>4) Desenvolvimento de técnica ou processo (inclui aperfeiçoamento de processos de produção, controle da produção e da qualidade, proposição e desenvolvimento de modelos de gestão);</p> <p>5) Elaboração de projetos;</p> <p>6) Desenvolvimento de patentes (inclui outros registros no INPI, tais como: software com registro, especificando-se o grau de utilização ou se está em fase de registro), proteção ou registro de cultivares no Registro Nacional de Cultivares ou no Serviço Nacional de Proteção de Cultivares;</p> <p>7) Divulgação técnica (inclui artigos publicados em revistas técnicas, jornais e revistas de divulgação para o público em geral, apresentação de trabalho, publicação em conferência, programa de rádio ou televisão, divulgação dos trabalhos realizados e resultados obtidos em congressos técnicos com efetiva participação dos profissionais do setor, e em publicações técnicas com expressiva circulação).</p> <p>Outros tipos de produção técnica considerada relevante pelo próprio curso. Este tópico permite incorporar aspectos não listados nos itens anteriores, mas que se mostre relevante no sentido de cumprir um dos objetivos do mestrado profissional relacionados ao atendimento de demanda da sociedade.</p>
<p>4.3. Distribuição da produção técnica e científica em relação ao corpo docente permanente do Programa.</p>	<p style="text-align: center;">20%</p>	<p>Avaliar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do Programa.</p> <p>1. Para a análise da distribuição da produção serão contabilizados os artigos completos em periódicos publicados por cada docente, sem desconsiderar os artigos em coautoria com outros docentes do programa;</p> <p>2. Da mesma forma, serão avaliados os produtos técnicos produzidos por cada docente permanente, sem desconsiderar as produções em coautoria com outros docentes do programa;</p> <p>3. As produções científica e técnica devem ser</p>

		distribuídas de forma equilibrada entre os docentes permanentes.
4.4. Articulação da produção técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	Avaliar a articulação entre a produção técnica e a publicação científica qualificada do Programa.
5 – Inserção Social	20%	
5.1. Impacto do Curso.	40%	<p>Avaliar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender os objetivos definidos para a modalidade mestrado profissional, contribuindo para o desenvolvimento das pessoas envolvidas no projeto, das organizações públicas ou privadas e do Brasil. Será aferido o atendimento obrigatório de uma ou mais dimensões de impacto (social, educacional, tecnológico, econômico, ambiental e legal) nos níveis local, regional ou nacional. A inserção e interação com o respectivo setor externo/social é indispensável e deve produzir resultados relevantes que possam ser objetivamente descritos e apreciados.</p> <p>1) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a administração pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social;</p> <p>2) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino;</p> <p>3) Impacto tecnológico: contribuição do programa como um todo para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional, destacando-se os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos;</p> <p>4) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta;</p> <p>5) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a</p>

		<p>profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional;</p> <p>Outros impactos considerados pertinentes pela área: Incluir outras dimensões de impacto consideradas relevantes e pertinentes e que não foram contempladas na lista acima.</p>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.</p>	<p style="text-align: center;">20%</p>	<p>Avaliar a participação em cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros programas, dentro da modalidade de mestrado profissional. Aferir a participação em projetos de cooperação entre cursos/programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, no desenvolvimento da pós-graduação ou no desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em ambientes e organizações com menor capacitação científica ou tecnológica.</p> <p>Devem ser avaliados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Envolvimento e cooperação com IES, centros de pesquisa e outros programas de pós-graduação do País ou do exterior, mediante intercâmbios efetivos e projetos colaborativos envolvendo pesquisa e inovação tecnológica; 2) Participação em projetos de cooperação entre Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou para o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas menos aquinhoadas; 3) Estratégias que favoreçam a mobilidade de docentes e discentes entre programas de diferentes IES ou institutos de pesquisa; 4) Participação de docentes e discentes do programa analisado, com atividades em outros programas, bem como o número efetivo de discentes e docentes de outros Programas com atividades no Programa analisado; 5) Parceria entre instituições na organização de eventos científicos relevantes para a área.

<p>5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.</p>	<p>20%</p>	<p>Avaliar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/instituições as quais estão vinculados os alunos; introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do curso, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional. Este item não se aplica aos cursos com edição única.</p> <p>Serão avaliados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Convênios para capacitação de pessoal qualificado;2) Concepção de produtos que visem ao desenvolvimento técnico, econômico e social;3) Parcerias com empresas privadas ou setor público;4) Abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos;5) Introdução de novos produtos ou serviços no âmbito do programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
<p>5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.</p>	<p>20%</p>	<p>Devem ser observados os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Manutenção de página web para a divulgação atualizada de dados de interesse da comunidade sobre seleção, atuação e produção técnico-científica que contribuam para a difusão de conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outras;2) Descrição pública de objetivos, matriz curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produções técnica e científica dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da CAPES e de outras agências públicas e entidades

		privadas, parcerias institucionais, difusão de conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outras; 3) Garantia de amplo acesso aos trabalhos de conclusão de curso, pela web, conforme a Portaria CAPES No 13/2006, que torna obrigatória essa providência.
--	--	---

IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL

a. Descrição do grau de internacionalização da Área

A internacionalização é um conjunto de atividades planejadas pelo corpo docente de um programa de pós-graduação que visa a melhoria do ensino e da pesquisa de forma qualificada com vistas a mobilidade docente e discente, no processo da construção do conhecimento científico e de formação de recursos humanos. Essas ações, além de envolverem a reciprocidade da mobilidade docente e discente ao exterior, para a participação de eventos científicos e treinamento qualificado, incluem a publicação dos resultados da pesquisa em periódicos internacionais de elevado impacto, convênios e parcerias, captação de recursos em agências de fomento e publicação em colaboração, redação das dissertações e teses em inglês e participação de membros externos ao programa do exterior nas bancas de avaliação.

A área de Ciências Agrárias I apresenta satisfatória contribuição, no que tange o número de trabalhos científicos publicados, em termos mundiais. Atualmente, conforme o ranking mundial do número de publicações do Scimago Journal & Country Rank, a Ciências Agrárias brasileira ocupa a terceira posição em número de artigos científicos publicados. Por outro lado, o número de citações por artigo dos pesquisadores brasileiros é bastante baixo, embora a área de Ciências Agrárias em geral tem baixa mediana (0.911) e também a maioria das pesquisas realizadas no Brasil refere-se a ciência agrícola aplicada ao tropico, com menos interesse pelos cientistas dos países de clima temperado.

Uma contribuição importante da área é a transferência de tecnologias geradas no País que são utilizadas em outros países utilizando o modelo brasileiro. Como exemplos, citam-se as técnicas de plantio direto aqui desenvolvidas e agora disseminadas pelo

mundo e cultivares de várias espécies agrícolas criados no Brasil e utilizados por agricultores de outras partes do mundo.

A Área utiliza uma série de indicadores para avaliar a participação dos programas nas atividades internacionais como:

- a) Participações dos docentes permanentes em comitês, diretorias, sociedades, e programas e bancas internacionais;
- b) Colaborações internacionais em (docência, consultorias, editorias, visitas);
- c) Participação em editais, intercâmbios e convênios de cooperação fomentados por agências nacionais e internacionais caracterizados por reciprocidade, com intercâmbio de alunos e de docentes;
- d) Participação discente e docente em atividades e em publicações no exterior;
- e) Realização, organização e participação em eventos internacionais qualificados;
- f) Produção científica destacada no cenário internacional (avaliando-se veículo e a proporção da produção internacional): Avaliação com base no fator de impacto médio das publicações [$F.I.MÉDIO/artigo = (\sum F.I.)/\text{quantidade de artigos}$; e $F.I.MÉDIO/DP = (\sum F.I.)/DP$];
- g) Participação de docentes ou discentes estrangeiros no programa;
- h) Presença de bolsistas doutores ou em treinamento sabático no programa;
- i) Conquista de prêmios, reconhecimento ou destaque em nível internacional;
- j) Participação de membros estrangeiros nas bancas de defesas de dissertações e teses;
- k) Redação em língua inglesa de dissertações;
- l) Produção intelectual em cooperação com pesquisadores estrangeiros;
- m) Expansão de pós-doutoramento internacional;
- s) Estímulo de doutorado-sanduíche;
- n) Estímulo à dupla-titulação com PPG de referência no exterior;
- o) Recepção de estudantes estrangeiros, de pesquisadores e pós-doutorandos;
- p) Organização de cursos no Brasil ministrados por docentes/pesquisadores estrangeiros.

- b. No contexto da internacionalização, considerações a respeito dos critérios da Área para atribuição de notas 6 e 7.

As **notas 6 e 7 serão** reservadas **exclusivamente** para os programas com doutorado que obtiveram **nota final 5 e conceitos MB** em **todos os quesitos da ficha de avaliação** e que atendam, **necessariamente**, às seguintes condições:

- Desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área;
- Nível de desempenho diferenciado em relação aos demais programas da área;
- Solidariedade;
- Nucleação
- **Nota 6:** predomínio de conceito MB nos itens de **todos os quesitos da ficha** de avaliação, **mesmo com eventual conceito B em alguns itens.**
- **Nota 7:** Conceito MB em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação.

Assim os programas que atingirem nota 5 serão avaliados quanto à sua inserção internacional e, se sua qualidade equivaler-se à de centros internacionais de excelência, utilizando um conjunto de indicadores discriminados abaixo:

Produção científica destacada no cenário internacional (avaliando-se o veículo e a proporção da produção internacional): Avaliação com base no fator de impacto médio das publicações. Esta avaliação será realizada através de:

1. Multiplicação das produções científicas do programa pelo fator de impacto dos periódicos/ pelo número de docentes permanentes;
2. Proporção de docentes permanentes que publicaram em Qualis A1 no quadriênio;
3. Colaborações internacionais (docência, consultorias, editoria, visitas);
4. Participações em comitês, diretorias, sociedades e programas internacionais;
5. Participação em editais, intercâmbios e convênios de cooperação caracterizados por reciprocidade;
6. Cooperação e fomento com instituições internacionais (cooperação formal e financiamentos do exterior) com intercâmbio de alunos e de docentes;
7. Participação discente em atividades e em publicações no exterior;
8. Realização, organização e participação em eventos internacionais qualificados;
9. Presença de docentes ou discentes estrangeiros no programa;
10. Presença de bolsistas doutores ou em treinamento sabático no programa;
11. Conquista de prêmios, reconhecimento ou destaque em nível internacional;
12. O programa deve ter página na WEB em inglês;

Liderança nacional do Programa na formação de recursos humanos

Será avaliada pela consolidação do programa na formação de recursos humanos e não apenas como importante centro de produção de pesquisa e pela liderança nacional na nucleação de programas de pós-graduação e de grupos de pesquisa, utilizando-se os seguintes indicadores:

1. Qualidade e relevância da produção;
2. Consolidação dos indicadores atuais (quadriênio) e histórico do programa (últimas avaliações);
3. Liderança, atuação destacada do corpo docente e proporção de bolsistas PQ;
4. Desempenho, destaques e empregabilidade dos egressos (Indicação de onde os egressos estão desempenhando suas atividades os egressos).

V. OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA DE AVALIAÇÃO

A agricultura, no passado era muito mais simples, porque seus objetivos eram somente a produção de alimentos e de fibras. Hoje, a agricultura está muito mais complexa, por produzir alimentos e fibras, matérias primas para biocombustíveis, biomateriais para a indústria, fármacos, prestação de serviços ecológicos e de lazer, além de contribuir para o desenvolvimento regional e nacional. Além disso, o conhecimento da biologia dos solos, das plantas, dos insetos e dos patógenos tem avançado muito. Assim, a formação necessária e que deve ser oferecida nos programas de pós-graduação, deve ter como base um conjunto de disciplinas formadoras nas áreas básicas do conhecimento, como bioquímica, fisiologia vegetal, genética, estatística, dentre outras. Os programas devem discutir e incentivar a oferta de disciplinas que contenham conteúdo programático na fronteira do conhecimento das linhas de pesquisa oferecidas pelo programa, bem como os fundamentos essenciais para sua área de atuação. Ao discente deve ser oferecida oportunidade de desenvolver senso crítico, de entender os conceitos gerais da ciência e de estar preparado para usar o melhor da

ciência para resolver os problemas nacionais quando graduar-se do seu curso de pós-graduação.

No atual estágio da área de Ciências Agrárias I, é importante incentivar e estimular os programas a implantarem disciplinas voltadas ao empreendedorismo, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento de produtos. Outro importante papel da Pós-graduação na área de Ciências Agrárias I nos próximos anos diz respeito à formação de recursos humanos qualificados para as empresas. Neste sentido, a pós-graduação deve ter um foco maior na formação de recursos humanos para a inovação. A área pretende expandir a oferta de cursos de mestrados profissionais e deverá apoiar iniciativas dos programas de pós-graduação que contemplem uma maior integração das Universidades com governos e empresas. Muitos dos egressos da Área já atuam junto às empresas. Contudo, um dos objetivos, deve ser aumentar o número de doutores atuando na área tecnológica e, desta forma, tornar o sistema de inovação brasileiro mais próximo de alcançar a capilaridade que o País precisa para tornar o setor produtivo nacional mais competitivo.

Recentemente, a CAPES editou uma portaria (Nº 81 de 03 de junho de 2016) definindo as categorias de docente permanente, docente visitante e docente colaborador. Para a Área de Ciências Agrárias I, os docentes permanentes constituem a base dos programas e os docentes colaboradores, na medida do possível, não devem orientar, especialmente se há docentes permanentes sem orientados. A Área entende que a baixa produção científica não é justificativa suficiente para a passagem de docentes permanentes para a categoria de docente colaborador.

Mudanças na composição do corpo docente podem ser realizadas a qualquer momento, mas devem ser devidamente justificadas no relatório do programa na Plataforma Sucupira.

Para estimular a inclusão de novos doutores como docentes permanentes, a Área sugere a criação de uma categoria chamada Jovem Docente Permanente. Assim, docentes que atendam a portaria nº 81/2016 e com até 5 anos do término de seu doutorado podem ser incorporados aos programas como docentes permanentes jovens.

Para efeito de avaliação, os jovens docentes permanentes podem contribuir com sua produção científica e, no entanto, não somarão no denominador como docentes permanentes. Acredita-se que esta medida, qual seja, a de facilitar o credenciamento de jovens docentes sem prejuízos para os programas será benéfica para a área, uma vez que proporcionará a renovação do corpo docente sem causar impacto negativo no programa.

Outro ponto importante refere-se a qualidade das dissertações e teses do programa. Deverá ser realizada uma avaliação qualitativa nos programas, quanto a coerência dos produtos gerados com a área de concentração e com as linhas de pesquisa. Também serão analisados potencial de publicação em periódicos de elevado impacto dos artigos científicos oriundos das teses e dissertações, de pesquisas realizadas no exterior devido a intercâmbios internacionais, redação da tese em língua inglesa e da composição da banca de avaliação com membros estrangeiros.

Quanto à publicação de artigos científicos, serão computados até no máximo 20% de artigos científicos publicados em um mesmo periódico da Instituição.

A área vem analisando a questão de se limitar a quantidade de artigos científicos por docente permanente, por ano, a ser avaliado, com o intuito de o docente elencar apenas suas produções mais qualificadas. Com isso, espera-se aumentar a qualidade da produção científica e diminuir a publicação de baixa qualidade, focando na melhoria da qualidade do processo de formação dos discentes. A Área de Ciências Agrárias I fomentará discussões neste sentido, visando o amadurecer a busca por maior qualidade dos programas, medidas a serem utilizadas na avaliação quadrienal de 2021.